



SIMULADO FINAL

ALECE

Analista Legislativo - Gestão E Governança
Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **ALECE**, cargo de **Analista Legislativo - Gestão e Governança**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/wfcZVnkDntaZDrMeA>

01 - (A)(B)(C)(D)(E)	15 - (A)(B)(C)(D)(E)	29 - (A)(B)(C)(D)(E)	43 - (A)(B)(C)(D)(E)	57 - (A)(B)(C)(D)(E)
02 - (A)(B)(C)(D)(E)	16 - (A)(B)(C)(D)(E)	30 - (A)(B)(C)(D)(E)	44 - (A)(B)(C)(D)(E)	58 - (A)(B)(C)(D)(E)
03 - (A)(B)(C)(D)(E)	17 - (A)(B)(C)(D)(E)	31 - (A)(B)(C)(D)(E)	45 - (A)(B)(C)(D)(E)	59 - (A)(B)(C)(D)(E)
04 - (A)(B)(C)(D)(E)	18 - (A)(B)(C)(D)(E)	32 - (A)(B)(C)(D)(E)	46 - (A)(B)(C)(D)(E)	60 - (A)(B)(C)(D)(E)
05 - (A)(B)(C)(D)(E)	19 - (A)(B)(C)(D)(E)	33 - (A)(B)(C)(D)(E)	47 - (A)(B)(C)(D)(E)	61 - (A)(B)(C)(D)(E)
06 - (A)(B)(C)(D)(E)	20 - (A)(B)(C)(D)(E)	34 - (A)(B)(C)(D)(E)	48 - (A)(B)(C)(D)(E)	62 - (A)(B)(C)(D)(E)
07 - (A)(B)(C)(D)(E)	21 - (A)(B)(C)(D)(E)	35 - (A)(B)(C)(D)(E)	49 - (A)(B)(C)(D)(E)	63 - (A)(B)(C)(D)(E)
08 - (A)(B)(C)(D)(E)	22 - (A)(B)(C)(D)(E)	36 - (A)(B)(C)(D)(E)	50 - (A)(B)(C)(D)(E)	64 - (A)(B)(C)(D)(E)
09 - (A)(B)(C)(D)(E)	23 - (A)(B)(C)(D)(E)	37 - (A)(B)(C)(D)(E)	51 - (A)(B)(C)(D)(E)	65 - (A)(B)(C)(D)(E)
10 - (A)(B)(C)(D)(E)	24 - (A)(B)(C)(D)(E)	38 - (A)(B)(C)(D)(E)	52 - (A)(B)(C)(D)(E)	66 - (A)(B)(C)(D)(E)
11 - (A)(B)(C)(D)(E)	25 - (A)(B)(C)(D)(E)	39 - (A)(B)(C)(D)(E)	53 - (A)(B)(C)(D)(E)	67 - (A)(B)(C)(D)(E)
12 - (A)(B)(C)(D)(E)	26 - (A)(B)(C)(D)(E)	40 - (A)(B)(C)(D)(E)	54 - (A)(B)(C)(D)(E)	68 - (A)(B)(C)(D)(E)
13 - (A)(B)(C)(D)(E)	27 - (A)(B)(C)(D)(E)	41 - (A)(B)(C)(D)(E)	55 - (A)(B)(C)(D)(E)	69 - (A)(B)(C)(D)(E)
14 - (A)(B)(C)(D)(E)	28 - (A)(B)(C)(D)(E)	42 - (A)(B)(C)(D)(E)	56 - (A)(B)(C)(D)(E)	70 - (A)(B)(C)(D)(E)

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4ch4sVU>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***TEXTO 1****Proteção Social para o Brasil do Futuro**

O Brasil avançou na redução da pobreza e desigualdade desde o retorno à democracia, na década de 1980. A expansão das políticas de proteção social desempenhou um papel importante nesse processo. Porém, a redução da pobreza estagnou na última década e a taxa de informalidade permanece alta.

Além disso, o envelhecimento demográfico, as mudanças climáticas e as novas tecnologias e formas de trabalho geram necessidades e riscos para a população. Como o sistema de proteção social pode seguir desempenhando um papel central em um contexto tão diferente daquele em que muitas dessas políticas foram concebidas?

Em um novo relatório, o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) discutem o assunto. Em duas décadas, a maioria da população brasileira estará em idade ativa, mas não será mais jovem; muitos precisarão navegar pelo mercado de trabalho com baixa escolaridade. O número de crianças terá diminuído, mas, enquanto isso, quase metade delas cresce em condição de pobreza. O número de adultos com mais de 65 anos dobrará, tornando as atuais promessas previdenciárias fiscalmente insustentáveis, mesmo após a recente reforma.

O relatório recomenda um conjunto de dez reformas para o médio e longo prazos, com um olhar para o Brasil em 2040. Será importante aumentar a eficiência dos programas de seguro-desemprego, expandir os instrumentos financeiros disponíveis às famílias para administrar a volatilidade da renda e tornar os programas de assistência social mais eficazes no alcance das famílias impactadas pelos choques climáticos.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS: BRASIL. "Proteção Social para o Brasil do Futuro". (2023). Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/239811-prote%C3%A7%C3%A3o-social-para-o-brasil-do-futuro>>. Acesso em: 21 jul. 2023. ADAPTADO.

1. Assinale a alternativa que expressa, de forma mais abrangente e fiel, o tema central apresentado no texto.

- a) As causas históricas da pobreza no Brasil desde a década de 1980.
- b) A necessidade de adaptar o sistema de proteção social brasileiro às transformações das próximas décadas.
- c) O envelhecimento populacional e seus impactos sobre a previdência social.
- d) As mudanças demográficas, econômicas e tecnológicas para os próximos anos.
- e) A problemática da pobreza infantil e a urgência para eliminá-la

2. Marque a alternativa que expressa uma inferência logicamente válida, ainda que não formulada de modo explícito pelo autor.

- a) A baixa escolaridade deixará de ser um problema relevante para a população em idade ativa.
- b) As mudanças climáticas afetarão apenas as famílias que já vivem em situação de extrema pobreza.
- c) O aumento da expectativa de vida eliminará a pobreza infantil no Brasil.
- d) O envelhecimento populacional tende a aumentar a pressão fiscal sobre o sistema previdenciário.
- e) As novas tecnologias tornarão desnecessários os programas de seguro-desemprego

3. Analise os segmentos destacados nos trechos que seguem para assinalar o item correto.

1. O Brasil avançou na redução da pobreza e desigualdade...

2. A expansão das políticas de proteção social desempenhou um papel importante...

a) Em 1, o segmento destacado é um objeto indireto e em 2, adjunto adnominal.

b) Em 1 e em 2, os segmentos destacados são complementos nominais.

c) Em 1, o segmento destacado é um adjunto adverbial e em 2, adjunto adnominal.

d) Em 1, o segmento destacado é um adjunto adverbial e em 2, complemento nominal.

e) Em 1 e em 2, os segmentos destacados são objetos indiretos

4. Considerando a progressão lógica do texto, marque a opção que identifica corretamente o valor do conectivo “Porém”, empregado no 1º parágrafo.

a) Comparação

b) Causa

c) Consequência

d) Adição

e) Contraste

5. Avalie os enunciados a seguir à luz da norma-padrão da língua portuguesa, no que se refere à concordância verbal. Marque a alternativa correta.

a) Segundo o estudo, 64% do corpo docente apontam entraves na sala de aula.

b) Os desenvolvedores do jogo enfatizou a produção artística do projeto.

c) Estimam-se que as reformas ultrapassem 200 milhões de reais.

d) Fazem dois anos que o programa foi implementado nas escolas.

e) Houveram dificuldades durante a implementação do sistema

6. Considerando as normas de ortografia oficial e as alterações introduzidas pelo mais recente Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinale a alternativa em que todas as palavras atendem plenamente aos preceitos gramaticais vigentes.

a) O aluno apresentou uma idéia brilhante.

b) A equipe realizou um voo noturno.

c) Os meios de comunicação podem reforçar um estereotipo.

d) As meninas lêem muitas revistas de quadrinhos.

e) Os ladrões levaram jóias de alto valor.

7. Considerando a necessidade de manter a correlação entre tempos e modos verbais nas construções do período composto, marque a opção que apresenta frase que tem correção gramatical e articulação lógica das ações.

a) Se o candidato estudasse mais, ele passará no concurso.

b) Quando o relatório chegou, a equipe revisará os dados.

c) Caso a empresa reduza os custos, aumentou os investimentos.

d) Embora o diretor aprove a proposta, ela não será implementada.

e) Se os alunos tivessem lido o livro, não cometeram tantos erros

TEXTO 2

O ambiente de trabalho costuma funcionar como um espelho da sociedade e, por isso, reproduz dentro de si os mesmos preconceitos que circulam fora dele. À medida que a população envelhece, ganha força no Brasil uma forma de discriminação chamada etarismo, ou idadismo, que consiste em tratar alguém de modo desigual por causa da idade.

8. Analise os termos destacados no texto acima e indique a alternativa que classifica corretamente a classe gramatical de cada um, respectivamente.

- a) Substantivo, advérbio, substantivo.
- b) Substantivo, adjetivo, advérbio.
- c) Substantivo, advérbio, adjetivo.
- d) Adjetivo, advérbio, adjetivo.
- e) Adjetivo, substantivo, adjetivo

9. Marque a opção em que o sinal indicativo de crase foi empregado em plena conformidade com a norma culta.

- a) A palestra destruiu todas às nossas esperanças de um futuro melhor.
- b) Os pais devem controlar o acesso das crianças à equipamentos digitais.
- c) Os alunos passaram à participar de forma ativa nas atividades.
- d) O chefe de seção referiu-se à demandas represadas.
- e) Somos contrários àqueles que defendem a violência

10. Indique a alternativa em que a colocação do pronome átono está correta, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- a) Instalarão-se os aparelhos na próxima semana.
- b) Filho, me espere no portão da escola ao sair.
- c) Nunca se esqueceram das orientações dadas pelo professor.
- d) Assim que avistei-a, corri em sua direção.
- e) O cenário sombrio que imaginávamos não confirmou-se

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

11. No Windows 10 e 11, um usuário organiza documentos de um projeto utilizando pastas, subpastas e atalhos. Ao criar um atalho para um arquivo armazenado em outra localização, o usuário pretende facilitar o acesso sem gerar uma segunda cópia do conteúdo original. Nessa situação:

- a) O atalho cria automaticamente uma duplicação do arquivo para permitir acesso independente ao conteúdo.
- b) A movimentação do atalho para outra pasta altera obrigatoriamente a localização do arquivo original.
- c) A exclusão de um atalho remove definitivamente o arquivo associado e todos os seus dados armazenados.
- d) O atalho funciona como uma referência ao arquivo original, permitindo acesso rápido sem duplicar o conteúdo.
- e) A criação de atalhos só é possível para programas instalados, não sendo aplicável a arquivos e pastas.

12. Uma planilha eletrônica contém dados de vendas organizados em uma tabela. Para facilitar a análise das informações, o usuário precisa criar uma representação visual que permita comparar valores entre diferentes categorias. Nesse caso, o recurso mais adequado é:

- a) Utilizar gráficos vinculados aos dados da planilha para representar visualmente comparações e tendências.
- b) Converter todas as células da tabela em imagens para preservar os valores exibidos.
- c) Aplicar somente formatação de fonte e preenchimento, pois esses recursos substituem análises visuais.
- d) Inserir quebras de página adicionais, pois esse recurso cria automaticamente representações gráficas dos dados.
- e) Utilizar macros obrigatoriamente, pois qualquer gráfico depende da execução de uma rotina automatizada.

13. Uma equipe utiliza o Microsoft Teams para comunicação e colaboração em projetos. Durante uma reunião virtual, os participantes precisam compartilhar documentos, acompanhar discussões e manter o histórico das interações relacionadas ao trabalho. Nesse cenário, um recurso adequado do Teams é:

- a) Utilizar apenas o correio eletrônico externo, pois o Teams não permite integração com arquivos compartilhados.
- b) Criar cópias locais dos arquivos antes de cada reunião, pois o Teams não permite colaboração simultânea.
- c) Desativar o histórico das conversas para impedir que informações sejam acessadas posteriormente.
- d) Utilizar o Teams exclusivamente para mensagens instantâneas, sem recursos de reuniões ou compartilhamento.
- e) Utilizar canais, arquivos compartilhados e ferramentas integradas para organizar a colaboração entre os membros da equipe.

14. Uma organização adota medidas de segurança da informação para proteger seus dados contra acessos indevidos e indisponibilidade de serviços. Entre as práticas implementadas, a equipe de TI utiliza mecanismos de controle de acesso, cópias de segurança e ferramentas de proteção contra ameaças. Nesse contexto:

- a) O uso de antivírus elimina a necessidade de atualização de sistemas operacionais e aplicativos.
- b) A realização de backups substitui mecanismos de controle de acesso, pois impede qualquer vazamento de informações.
- c) A combinação de controles de acesso, backups e ferramentas de segurança contribui para preservar a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.
- d) A assinatura digital tem como principal objetivo ocultar o conteúdo de uma mensagem por meio de criptografia.
- e) O firewall atua exclusivamente na remoção de arquivos infectados por malwares presentes no computador.

15. Um usuário utiliza uma ferramenta de inteligência artificial generativa para obter respostas mais precisas em atividades profissionais. Para melhorar a qualidade dos resultados produzidos pelo sistema, uma prática adequada é:

- a) Elaborar prompts claros, com contexto, objetivo e informações relevantes para orientar a resposta da inteligência artificial.
- b) Utilizar comandos extremamente genéricos, pois modelos de IA apresentam melhor desempenho quando não recebem restrições.
- c) Evitar fornecer contexto adicional, pois informações complementares reduzem a capacidade de interpretação do modelo.
- d) Inserir apenas palavras-chave isoladas, pois a inteligência artificial sempre recupera automaticamente a intenção completa do usuário.
- e) Repetir o mesmo prompt diversas vezes, pois a quantidade de solicitações substitui a necessidade de estruturar o comando.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA*Emerson Bruno*

16. De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Ceará, acerca do estágio probatório e da aquisição da estabilidade, assinale a alternativa correta.

- a) O estágio probatório corresponde ao período de dois anos de efetivo exercício no cargo de provimento efetivo, contado da data da nomeação do servidor.
- b) A aquisição da estabilidade depende, obrigatoriamente, de avaliação especial de desempenho realizada por comissão instituída para essa finalidade.
- c) A avaliação especial de desempenho somente poderá ser realizada após o término do estágio probatório, sendo vedada qualquer avaliação durante sua realização.
- d) A comissão responsável pela avaliação especial de desempenho poderá considerar o desempenho funcional do servidor em período posterior ao estágio probatório, caso entenda necessário.
- e) A avaliação extraordinária de desempenho substitui a avaliação ordinária quando realizada durante o estágio probatório.

17. Nos termos da Constituição do Estado do Ceará, sobre a sessão legislativa da Assembleia Legislativa, assinale a alternativa correta.

- a) A sessão legislativa poderá ser interrompida independentemente da aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, desde que haja deliberação da maioria absoluta dos Deputados.
- b) No primeiro ano da legislatura, serão realizadas sessões preparatórias no dia 1º de fevereiro, destinadas à posse dos Deputados diplomados e à eleição da Mesa Diretora, cujo mandato será de 2 anos, sendo vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.
- c) O mandato da Mesa Diretora será de 4 anos, admitida uma recondução consecutiva para o mesmo cargo.

d) No primeiro ano da legislatura, serão realizadas sessões preparatórias no dia 2 de fevereiro, destinadas apenas à posse dos Deputados diplomados, sendo a eleição da Mesa Diretora realizada em momento posterior.

e) As reuniões da Assembleia Legislativa ocorrerão anualmente de 1º de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro, não sendo admitida a transferência das datas quando recaírem em feriados.

18. A respeito da convocação extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, nos termos da Constituição Estadual, assinale a alternativa correta.

- a) Durante o período de convocação extraordinária, a Assembleia Legislativa poderá deliberar sobre qualquer matéria de interesse estadual, sendo admitido o pagamento de parcela indenizatória aos Deputados em razão da convocação.
- b) A convocação extraordinária da Assembleia Legislativa poderá ser feita exclusivamente pelo Governador do Estado, em caso de urgência ou de relevante interesse público.
- c) A convocação extraordinária poderá ser realizada pelo Presidente da Assembleia Legislativa, em caso de intervenção em Município e para compromisso e posse do Governador e do Vice-Governador do Estado, bem como, nas hipóteses de urgência ou de interesse público relevante e urgente, pelo Governador, pelo Presidente ou a requerimento da maioria dos membros da Assembleia, desde que haja aprovação da maioria absoluta da Casa.
- d) Durante a convocação extraordinária, a Assembleia poderá deliberar sobre matérias estranhas ao ato convocatório, desde que aprovadas pela maioria absoluta dos Deputados.
- e) A convocação extraordinária da Assembleia Legislativa poderá ocorrer por requerimento de um terço de seus membros, independentemente de aprovação do Plenário, sempre que houver interesse público relevante.

19. Segundo o Regimento Interno da ALECE, quando a realização das reuniões em outro local decorrer de motivo relevante ou de interesse social, será necessária:

- a) autorização do Presidente da Assembleia.
- b) deliberação da Mesa Diretora.
- c) aprovação da maioria simples dos membros da Assembleia.
- d) aprovação de dois terços dos membros da Assembleia.
- e) autorização conjunta da Mesa Diretora e do Governador.

20. A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará poderá ceder espaços de suas dependências para manifestações cívicas e culturais, desde que:

- a) haja autorização da Mesa Diretora por maioria absoluta.
- b) exista autorização da Presidência da Mesa Diretora.
- c) seja aprovada a cessão por dois terços dos deputados.
- d) a autorização seja concedida pelo Governador do Estado.
- e) a cessão seja destinada exclusivamente a entidades públicas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Rodrigo Rennó

21. A administração pública brasileira passou por diferentes modelos de gestão ao longo de sua história. Cada paradigma — patrimonialista, burocrático e gerencial — reflete concepções distintas sobre a relação entre o Estado, a sociedade e o próprio aparelho administrativo, bem como sobre a forma de controlar a atuação estatal.

Sobre os paradigmas da administração pública, assinale a alternativa correta.

- a) No modelo patrimonialista, há clara distinção entre o patrimônio público e o patrimônio privado do governante, o que praticamente elimina o nepotismo e a corrupção.
- b) A administração pública burocrática, inspirada em Max Weber, caracteriza-se pela impessoalidade, pelo formalismo, pela hierarquia e pelo controle rígido dos procedimentos (controle de meios).
- c) O modelo gerencial rompe integralmente com os princípios burocráticos, eliminando a hierarquia, a impessoalidade e a profissionalização do serviço público.
- d) A administração burocrática tem como foco principal o alcance de resultados e a satisfação do cidadão-usuário, com controle realizado a posteriori.
- e) O paradigma gerencial precedeu historicamente o modelo burocrático no Brasil, tendo este último sido implantado apenas após a Constituição de 1988.

22. A partir da década de 1980, diversos países promoveram reformas orientadas pela chamada Nova Gestão Pública (New Public Management), em resposta à crise fiscal do Estado de bem-estar social (Welfare State) e à busca por maior eficiência do setor público. No Brasil, esse movimento influenciou fortemente a reforma gerencial dos anos 1990.

Acerca da Nova Gestão Pública (NGP), assinale a alternativa correta.

- a) A NGP propõe o fortalecimento do controle de procedimentos e a ampliação da rigidez dos processos internos como forma de garantir a eficiência.
- b) A NGP incorpora ferramentas gerenciais do setor privado, com ênfase em resultados, foco no cidadão-cliente, descentralização e avaliação de desempenho.
- c) O Estado de bem-estar social e a NGP compartilham a defesa da ampliação ilimitada dos gastos públicos e da intervenção direta e crescente do Estado na economia.
- d) A NGP é incompatível com mecanismos de accountability, uma vez que a autonomia gerencial afastaria a necessidade de prestação de contas.
- e) A reforma gerencial brasileira de 1995, conduzida pelo MARE, rejeitou a administração por resultados em favor do controle formal dos meios.

23. A inovação no setor público costuma ser associada à ideia de um “governo empreendedor”, expressão consagrada por David Osborne e Ted Gaebler na obra Reinventando o Governo (Reinventing Government). Essa perspectiva propõe deslocar o foco da administração pública das regras e dos insumos para os resultados e para o cidadão.

Sobre a inovação e o empreendedorismo governamental, assinale a alternativa correta.

- a) O governo empreendedor prioriza o controle de insumos e o cumprimento estrito de normas, em detrimento da mensuração de resultados.

- b) A lógica empreendedora recomenda que o governo atue exclusivamente como prestador direto de todos os serviços, evitando parcerias e delegação.

- c) O governo empreendedor orienta-se pela missão e por resultados, estimula a competição e o desempenho e concentra-se no atendimento das necessidades do cidadão.

- d) A inovação no setor público restringe-se à adoção de novas tecnologias de informação, não alcançando processos, serviços ou modelos de gestão.

- e) O empreendedorismo governamental é incompatível com a administração pública, pois teria o lucro como finalidade central.

24. No estudo da administração pública contemporânea, os conceitos de governabilidade e governança, embora relacionados, não se confundem. Ambos dizem respeito ao exercício do poder e à capacidade de o Estado atender às demandas da sociedade, mas se referem a dimensões distintas da ação estatal.

Assinale a alternativa que distingue corretamente governabilidade e governança.

- a) Governabilidade refere-se aos instrumentos técnicos e gerenciais de implementação de políticas, ao passo que governança diz respeito à legitimidade e ao apoio político do governo.
- b) Governabilidade relaciona-se às condições de legitimidade e de sustentação política para o exercício do poder, enquanto governança é a capacidade de transformar decisões em ações, mobilizando recursos e competências.
- c) Governança e governabilidade são termos sinônimos, designando indistintamente o apoio parlamentar ao Poder Executivo.
- d) Governança é atributo exclusivo do setor privado, não se aplicando às organizações públicas.
- e) Governabilidade é medida unicamente pela quantidade de servidores concursados que compõem um órgão público.

25. A accountability é elemento central da governança pública e da democracia, associada ao dever de prestar contas, à responsabilização dos agentes públicos e ao controle do poder. A literatura, notadamente a partir de Guillermo O'Donnell, costuma classificá-la em modalidades conforme quem exerce o controle sobre o poder público.

Sobre a accountability e a prestação de contas, assinale a alternativa correta.

- a) A accountability vertical é aquela exercida entre os próprios órgãos e Poderes do Estado, que se controlam reciprocamente.
- b) A accountability horizontal é exercida diretamente pelos cidadãos, sobretudo por meio do voto periódico.
- c) A accountability societal é uma forma de controle não eleitoral exercida por cidadãos, associações, movimentos sociais e imprensa sobre os agentes públicos.
- d) A prestação de contas (answerability) esgota o conceito de accountability, que não abrange a dimensão de responsabilização (enforcement).
- e) A accountability é incompatível com a autonomia gerencial promovida pela Nova Gestão Pública.

26. A transparência é um dos pilares da governança pública e do governo aberto, sendo disciplinada, no Brasil, sobretudo pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). A doutrina distingue a transparência ativa da transparência passiva conforme a iniciativa de divulgação das informações públicas.

Sobre a transparência na administração pública, assinale a alternativa correta.

- a) A transparência ativa ocorre quando o cidadão formula requerimento e o órgão público responde à solicitação de informação.
- b) A transparência passiva consiste na divulgação espontânea de informações pela administração, independentemente de solicitação.

c) Na Lei de Acesso à Informação, o sigilo é a regra e a publicidade é a exceção, cabendo ao cidadão justificar o interesse no pedido.

d) A transparência ativa caracteriza-se pela divulgação proativa e espontânea de informações de interesse coletivo pela administração, independentemente de requerimento.

e) O governo aberto restringe-se à mera disponibilização de dados em portais, sem abranger participação social ou prestação de contas.

27. A participação social é um dos fundamentos da gestão pública democrática, permitindo que a sociedade influencie a formulação, o acompanhamento e o controle das políticas públicas. Para viabilizar esses processos participativos e o chamado controle social, foram criados diversos instrumentos institucionais.

Assinale a alternativa que apresenta apenas instrumentos de participação social e de controle social.

- a) Conselhos gestores de políticas públicas, conferências, audiências públicas, ouvidorias e orçamento participativo.
- b) Súmulas vinculantes, medidas provisórias e decretos autônomos.
- c) Pregão, concorrência e tomada de preços.
- d) Recurso hierárquico, pedido de reconsideração e revisão no processo administrativo.
- e) Empenho, liquidação e pagamento da despesa pública.

28. A gestão por resultados orienta a atuação pública para o alcance de objetivos e para a geração de valor à sociedade, apoiando-se em indicadores de desempenho. Nesse contexto, os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade, embora correlatos, possuem significados distintos e são frequentemente cobrados em prova.

Sobre a gestão por resultados e as dimensões de desempenho, assinale a alternativa correta.

- a) Eficiência relaciona-se aos impactos e às transformações sociais gerados pela ação pública no longo prazo.
- b) Eficácia diz respeito à relação entre os recursos empregados e os produtos obtidos, isto é, ao melhor uso dos meios.
- c) Efetividade refere-se ao simples grau de cumprimento das metas previstas, independentemente dos impactos gerados.
- d) Eficiência é a relação entre insumos e produtos (fazer bem, com o menor custo); eficácia é o alcance das metas; e efetividade são os impactos e transformações reais provocados na sociedade.
- e) A gestão por resultados dispensa o uso de indicadores, bastando o controle formal dos procedimentos.

29. O ciclo de políticas públicas (policy cycle) é um modelo analítico que organiza a política em fases sequenciais e interdependentes, como a formação da agenda, a formulação, a tomada de decisão, a implementação e a avaliação. Cada etapa cumpre função específica no tratamento das demandas coletivas.

Sobre o ciclo de políticas públicas, assinale a alternativa correta.

- a) A formação da agenda corresponde à mensuração dos resultados e dos impactos da política já executada.
- b) A implementação é a fase em que os problemas sociais são reconhecidos como problemas públicos e passam a disputar a atenção governamental.

c) A avaliação é a etapa em que se colocam em prática as decisões e se transformam intenções em ações concretas.

d) A formação da agenda é o momento em que determinados problemas ganham relevância e são incluídos na pauta prioritária de atuação do governo.

e) O ciclo de políticas públicas é um processo estritamente linear, sem qualquer retroalimentação entre as fases.

30. A ética no setor público orienta a conduta dos agentes públicos e conecta-se aos princípios constitucionais da administração, em especial à moralidade e à impessoalidade. No âmbito federal, o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994) estabelece deveres e vedações a serem observados no exercício da função.

Sobre a ética no setor público, assinale a alternativa correta.

- a) Para o servidor, basta o cumprimento da legalidade, sendo irrelevante, no plano funcional, a distinção entre o honesto e o desonesto.
- b) A moralidade administrativa exige do agente público não apenas a observância da lei, mas também a atuação conforme a ética, a probidade, a lealdade e a boa-fé.
- c) O Código de Ética do servidor federal (Decreto nº 1.171/1994) possui caráter meramente simbólico, não prevendo deveres nem vedações.
- d) A remuneração do cargo autoriza o servidor a priorizar interesses privados, desde que fora do horário de expediente.
- e) A cortesia e a urbanidade no trato com o público são meras recomendações facultativas, sem relação com a ética profissional.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Herbert Almeida*

31. Um Analista Legislativo, ao analisar a instrução de processos no âmbito da Casa Legislativa, deparou-se com a necessidade de orientar a Mesa Diretora a respeito da manutenção, da invalidação e dos atributos dos atos administrativos praticados no órgão. Considerando o regime jurídico aplicável aos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) A imperatividade é um atributo presente na totalidade dos atos administrativos, incluindo os atos negociais e enunciativos, assegurando a imposição unilateral de obrigações aos particulares independentemente de concordância.
- b) A revogação do ato administrativo é o instrumento adequado para desfazer atos eivados de vício de legalidade, retroagindo os seus efeitos (*ex tunc*) à data em que o ato foi originalmente praticado.
- c) O vício de competência constitui defeito de legalidade sempre insanável, o que impede a sua convalidação pela autoridade superior ainda que a lei não tenha estabelecido competência em caráter exclusivo.
- d) Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.
- e) A presunção de legitimidade e veracidade que milita em favor dos atos administrativos possui natureza absoluta (*jure et de jure*), obstando a produção de prova em contrário pelo administrado na esfera administrativa ou judicial.

32. Considere as seguintes situações hipotéticas: (i) determinado Chefe de Gabinete de uma Casa Legislativa praticou o ato administrativo de remoção de um servidor subordinado para uma unidade remota do órgão, com o objetivo exclusivo de puni-lo em virtude de divergências pessoais havidas entre ambos; (ii) em outra oportunidade, o mesmo Chefe de Gabinete emitiu determinações

direcionadas a uma empresa estatal, alegando possuir poder para isso com base na competência constitucional do Legislativo de fiscalizar os atos do Executivo; (iii) o Chefe de Gabinete ficou irredimido com o fato de a empresa estatal exercer o poder de polícia mediante delegação; (iv) em contrato administrativo de prestação de serviços, o Chefe de Gabinete determinou a apuração de infrações cometidas pela empresa privada contratada. Considerando as regras concernentes aos poderes administrativos, aos deveres funcionais e às formas de abuso de poder, assinale a alternativa correta:

- a) A conduta do Chefe de Gabinete configura desvio de poder (ou desvio de finalidade), tendo em vista que o agente atuou no âmbito de suas atribuições formais, porém com finalidade diversa daquela prevista na legislação ou exigida pelo interesse público.
- b) O ato praticado caracteriza excesso de poder, visto que o vício de excesso de poder ocorre sempre que o agente público atua estritamente dentro de sua esfera de competência legal, mas visa a alcançar um fim ilícito ou punitivo.
- c) Entre os órgãos do Poder Legislativo e as empresas públicas integrantes da Administração Indireta existe uma estrita relação de subordinação hierárquica, legitimando o exercício do poder hierárquico para a edição de ordens diretas de serviço.
- d) A aplicação de sanção administrativa a uma empresa privada contratada pela Administração Pública, em decorrência do descumprimento de cláusulas contratuais, fundamenta-se precipuamente no exercício do poder de polícia.
- e) Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, a ordem de polícia (função legislativa de criar restrições e condicionamentos) pode ser livremente delegada a empresas estatais prestadoras de serviços públicos.

33. Um servidor público estatutário estável, ocupante do cargo de técnico legislativo em uma Assembleia Legislativa, logrou aprovação em um novo concurso público e foi diplomado para o exercício de mandato eletivo de Vereador no município onde reside. Diante das regras constitucionais sobre a acumulação de cargos e o exercício de mandato eletivo por agentes públicos, assinale a alternativa correta:

- a) O servidor investido no mandato de Vereador será obrigatoriamente afastado do seu cargo público originário, independentemente de haver ou não compatibilidade de horários na localidade.
- b) Havendo compatibilidade de horários no exercício do mandato de Vereador, o servidor perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- c) Se não houver compatibilidade de horários para o exercício concomitante do mandato de Vereador, o servidor será afastado do cargo e receberá compulsoriamente apenas os subsídios da atividade parlamentar, vedado o direito de opção.
- d) Nos casos de acumulação lícita de cargos públicos, o teto remuneratório constitucional deve incidir sobre o somatório global dos ganhos do servidor, aplicando-se o abate-teto sobre a soma total das remunerações.
- e) A vedação constitucional ao nepotismo atinge de forma idêntica e automática a nomeação de parentes até o quarto grau em linha reta ou colateral da autoridade nomeante para o exercício de funções gratificadas.

34. Durante a instrução de um processo administrativo instaurado para apurar irregularidades em contratos de prestação de serviços no âmbito da Assembleia Legislativa, surgiram dúvidas sobre os prazos, o formalismo dos atos e as hipóteses de impedimento da autoridade processante. Com base nas disposições literais e nos entendimentos jurisprudenciais regulados pelas normas de processo administrativo, assinale a alternativa correta:

- a) Nos processos administrativos, os prazos processuais expressos em dias devem ser computados em dias úteis, suspendendo-se a contagem de forma automática durante os fins de semana e feriados.
- b) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.
- c) O requerimento inicial do interessado deve ser formulado obrigatoriamente por escrito em toda e qualquer situação, sendo vedada em termos absolutos a admissão de solicitação oral pela repartição.
- d) Os prazos processuais fixados em meses ou anos contam-se de modo contínuo a partir do primeiro dia do mês subsequente, desconsiderando-se a contagem de data a data.
- e) O direito da Administração Pública de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em dez anos, contados da data em que foram praticados, mesmo que configurada a má-fé do beneficiário.

35. A Mesa Diretora de uma Casa Legislativa necessita realizar a contratação imediata de insumos e de serviços especializados. Ao analisar as hipóteses de contratação direta previstas na Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações), o setor jurídico deve distinguir com precisão as situações que configuram licitação dispensável daquelas em que há inexigibilidade. Com base no material fornecido, assinale a alternativa correta:

- a) É inexigível a licitação para a contratação de associação de pessoas com deficiência, com ou sem fins lucrativos, desde que o preço seja compatível com o de mercado.
- b) A contratação direta por inexigibilidade de licitação fundamenta-se na inviabilidade de competição no caso concreto, ao passo que a licitação dispensável envolve situações em que a competição seria materialmente possível, mas a lei faculta a não realização do certame.
- c) Os limites originais previstos na lei para a dispensa de licitação em razão do valor são unificados para quaisquer objetos, como obras, compras e serviços.
- d) A contratação de profissional técnico de notória especialização para compor comissão de avaliação de critérios de técnica enquadra-se legalmente como hipótese de inexigibilidade de licitação.
- e) Os valores dos limites de dispensa de licitação previstos no texto da Lei nº 14.133/2021 são definitivos e imutáveis, sendo vedada a sua atualização monetária por atos infralegais ou decretos do Poder Executivo.

36. No âmbito de um procedimento de apuração promovido em face de um agente público do Poder Legislativo por suposta prática de ato ilícito contra a Administração Pública, surgiram dúvidas quanto ao prazo de prescrição, ao elemento subjetivo e às medidas cautelares regidas pela Lei nº 8.429/1992 (com as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021). Diante do regime jurídico da improbidade administrativa, assinale a alternativa correta:

- a) Admite-se a responsabilização do agente público por ato de improbidade administrativa na modalidade culposa nos casos de lesão ao erário, desde que demonstrada a negligência grave ou a imprudência no manejo de verbas públicas.
- b) A ação para a aplicação das sanções relativas aos atos de improbidade administrativa prescreve no prazo de cinco anos, contados da data em que o agente público cessar o exercício do mandato, do cargo em comissão ou da função de confiança.
- c) O afastamento preventivo do agente público do exercício do cargo, emprego ou função constitui penalidade administrativa de natureza definitiva, ensejando o prejuízo imediato de seus subsídios e remuneração funcional.
- d) A ação para a aplicação das sanções prescritas na Lei de Improbidade Administrativa prescreve em 8 (oito) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.
- e) O ressarcimento integral do dano patrimonial pode ser afastado mediante acordo de não persecução civil, desde que seja homologado judicialmente.

37. No âmbito da Administração Pública, a gestão da informação e o tratamento de dados pessoais observam as disposições da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI) e da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD). Com base no texto literal das referidas leis, assinale a alternativa correta:

- a) O tratamento de dados pessoais pelas pessoas jurídicas de direito público deve ser realizado para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público.
- b) É vedado à Administração Pública fornecer o acesso a dados pessoais sob qualquer pretexto, devendo todas as informações pessoais ser obrigatoriamente classificadas como ultrassecretas pelo prazo imutável de 100 (cem) anos.
- c) A transferência internacional de dados pessoais por órgãos públicos é livre e prescinde de qualquer previsão legal ou autorização, bastando o consentimento verbal do titular dos dados.
- d) O serviço de busca e fornecimento da informação é remunerado em todos os casos mediante cobrança obrigatória de taxa de busca, salvo declaração de pobreza firmada perante cartório de notas.
- e) É livre e irrestrita a transferência a entidades privadas de dados pessoais constantes de bases de dados do Poder Público para a finalidade exclusiva de exploração comercial e publicidade de mercado.

38. Uma comissão de contratação encarregada de organizar os procedimentos licitatórios de um órgão do Poder Legislativo iniciou o planejamento de um certame para a aquisição de bens e a contratação de serviços técnicos sob a regência da Lei nº 14.133/2021. A respeito da definição das modalidades licitatórias e da sequência das fases do processo de licitação, assinale a alternativa correta:

- a) A escolha da modalidade de licitação no âmbito da Lei nº 14.133/2021 é determinada precipuamente pelo valor estimado do contrato, adotando-se o pregão para contratações de pequeno valor e a concorrência para valores elevados.
- b) Na ordenação sequencial do processo licitatório, a fase de habilitação precede obrigatoriamente a fase de julgamento das propostas, sendo vedada em qualquer hipótese a inversão dessa ordem cronológica.
- c) Em regra, o processo de licitação observará a seguinte sequência de fases: preparatória; de divulgação do edital de licitação; de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; de julgamento; de habilitação; recursal; e de homologação.
- d) O diálogo competitivo deve ser conduzido exclusivamente por leiloeiro oficial credenciado, facultando-se a substituição da comissão de contratação por empresa privada prestadora de serviços de consultoria.
- e) A realização de licitação na forma presencial constitui a regra geral da Lei nº 14.133/2021, dispensando-se motivação expressa ou o registro em áudio e vídeo das sessões públicas.

39. Uma empresa contratada para a execução de uma grande obra de reforma e modernização do edifício-sede de uma Assembleia Legislativa descumpriu injustificadamente o cronograma físico-financeiro previsto no instrumento convocatório. Diante do inadimplemento e com base nas prerrogativas contratuais estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta:

- a) Os contratos administrativos regem-se primariamente pelos princípios da teoria geral dos contratos e pelas disposições de direito privado, aplicando-se as normas de direito público de forma supletiva.
- b) Nas contratações de obras e serviços de engenharia de grande vulto, a Administração Pública poderá exigir a prestação de garantia na modalidade seguro-garantia com o percentual limite de até 30% do valor do contrato.
- c) Na hipótese de o adjudicatário vencedor da licitação não comparecer para assinar o termo contratual no prazo estabelecido, a Administração fica impedida de convocar os licitantes remanescentes, restando obrigada a deflagrar um certame inteiramente novo.
- d) No caso de contratos de obras públicas, a responsabilidade do contratado por eventuais vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados será de natureza subjetiva, dependendo da comprovação de dolo ou culpa grave.
- e) A declaração de nulidade do contrato administrativo opera com efeitos exclusivamente prospectivos (ex nunc), gerando a validação plena e irrestrita de todos os atos e efeitos jurídicos que o contrato viciado deveria produzir ordinariamente.

40. Um motorista de uma autarquia estadual, no exercício de suas funções e conduzindo veículo oficial, abalroou um automóvel particular ao avançar o sinal vermelho de trânsito, causando sérios danos materiais e morais ao condutor atingido. A respeito da responsabilidade civil do Estado e do entendimento pacificado sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) A vítima dos danos materiais e morais pode ajuizar a ação indenizatória diretamente contra o motorista causador do dano, figurando a autarquia como litisconsorte passivo facultativo na demanda.
- b) A responsabilidade civil do Estado baseia-se estritamente na teoria do risco integral, o que impede a alegação de qualquer hipótese excludente do nexo de causalidade, tais como a culpa exclusiva da vítima ou o caso fortuito.
- c) Na hipótese de omissão genérica do Poder Público, a responsabilidade do Estado é de natureza objetiva, prescindindo da demonstração de dolo, culpa ou descumprimento do dever legal de agir.
- d) O Estado responde de forma subjetiva e subsidiária pelos danos causados a terceiros por notários e registradores no exercício das serventias extrajudiciais.
- e) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

ADMINISTRAÇÃO GERAL / TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO*Douglas Schneider*

41. O planejamento organizacional desdobra-se em níveis hierárquicos, cada um com abrangência, horizonte temporal e grau de detalhamento próprios. Considere as afirmativas a seguir sobre os níveis de planejamento.

- I. O planejamento estratégico é de responsabilidade da alta direção, abrange a organização como um todo e projeta-se para o longo prazo, definindo diretrizes e objetivos globais.
- II. O planejamento tático é conduzido pela gerência intermediária, traduz as diretrizes estratégicas em objetivos de cada unidade ou área e situa-se no médio prazo.
- III. O planejamento operacional detalha as atividades, os métodos e os procedimentos de execução, com foco no curto prazo e nas tarefas do dia a dia.

Assinale a alternativa correta.

- a) Está correto o que se afirma em I.
- b) Está correto o que se afirma em I e II.
- c) Está correto o que se afirma em I, II e III.
- d) Está correto o que se afirma em I e III.
- e) Está correto o que se afirma em II e III.

42. O planejamento estratégico é conduzido como um processo, que parte da definição do referencial estratégico e do diagnóstico do ambiente até a formulação, a implementação e o controle das estratégias. Identifique a alternativa que apresenta as etapas do planejamento estratégico na ordem correta.

- a) Referencial estratégico; diagnóstico dos ambientes; objetivos e metas; formulação e implementação das estratégias; monitoramento e controle.
- b) Formulação das estratégias; definição da missão e da visão; diagnóstico do ambiente; e definição dos objetivos, sem etapa de controle dos resultados.

c) Diagnóstico do ambiente; implementação das estratégias; definição da missão e da visão; e definição de objetivos após a execução.

d) Definição de metas operacionais de curto prazo; execução das rotinas; e formulação da missão como etapa final do processo.

e) Controle dos resultados; formulação das estratégias; diagnóstico do ambiente; e definição da missão ao término do processo.

43. No planejamento governamental, os instrumentos orçamentários articulam objetivos de médio prazo com a programação anual da ação pública. Associe os instrumentos da coluna I às suas definições na coluna II.

Coluna I

- 1. Plano Plurianual (PPA)
- 2. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)
- 3. Lei Orçamentária Anual (LOA)

Coluna II

- () Estima as receitas e fixa as despesas para o exercício financeiro seguinte.
- () Estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração para um período de quatro anos.
- () Orienta a elaboração da lei orçamentária anual e dispõe sobre as metas e as prioridades para o exercício seguinte.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- a) 1, 2, 3.
- b) 1, 3, 2.
- c) 2, 3, 1.
- d) 3, 2, 1.
- e) 3, 1, 2.

44. A gestão por resultados (GpR) orienta a administração pública para o alcance de resultados previamente pactuados, deslocando o foco dos controles de procedimentos para a entrega de valor à sociedade. A respeito da gestão por resultados e de seu ciclo, é correto afirmar que:

- a) concentra-se no controle prévio da legalidade dos atos e no cumprimento das rotinas internas, sem vincular metas aos resultados entregues à sociedade.
- b) articula planejamento, indicadores e metas, monitoramento, avaliação e responsabilização pelo desempenho para alcançar resultados pactuados.
- c) inicia o ciclo pela avaliação dos impactos consolidados e, com base nessa aferição, define os objetivos que orientarão a execução das ações.
- d) atribui aos indicadores função acessória, priorizando a verificação formal dos procedimentos internos como medida do desempenho.
- e) equivale a um corte linear de despesas correntes, desconsiderando a qualidade e a efetividade dos serviços prestados ao cidadão.

45. Os indicadores de desempenho traduzem, de forma mensurável, aquilo que a organização deseja acompanhar, e devem reunir atributos que assegurem a fidelidade da medição. Marque a alternativa que apresenta corretamente atributos desejáveis de um bom indicador.

- a) A validade é a propriedade de produzir o mesmo resultado em medições sucessivas, ao passo que a confiabilidade é a capacidade de medir com exatidão o fenômeno pretendido.
- b) A seletividade exige que o indicador contemple o maior número possível de variáveis do processo, em vez de concentrar-se nos aspectos críticos do desempenho.
- c) No critério SMART, a letra R indica que o indicador deve ser rígido, permanecendo imune a revisões ao longo do ciclo de gestão.
- d) Um bom indicador deve apresentar validade, confiabilidade e seletividade, medindo de forma

consistente os aspectos essenciais do desempenho.

- e) Os indicadores de desempenho têm natureza qualitativa, e sua expressão numérica compromete a fixação e o acompanhamento das metas.

46. A avaliação do desempenho na administração pública distingue eficiência, eficácia, efetividade e economicidade como dimensões complementares da análise dos resultados. Identifique a alternativa que expressa corretamente a distinção entre esses conceitos.

- a) A eficiência é o alcance dos objetivos previamente estabelecidos, e a eficácia é o uso racional dos recursos empregados no processo produtivo.
- b) A efetividade preocupa-se com o cumprimento de prazos e de rotinas internas do órgão, sem relação com o impacto sobre os beneficiários das ações.
- c) Eficiência relaciona meios e produtos; eficácia afere objetivos e metas; efetividade examina impactos; e economicidade considera custo e qualidade dos recursos.
- d) Eficiência e eficácia são conceitos equivalentes, ambos voltados à quantidade de produtos entregues por unidade de tempo, sem distinção relevante.
- e) A economicidade traduz o impacto social de longo prazo de uma política, enquanto a efetividade se refere ao preço de aquisição dos insumos.

47. A construção de indicadores apoia-se na cadeia de valor, que encadeia insumos, ações, produtos, resultados e impactos gerados pela atuação pública. Sobre essa lógica e sua relação com os tipos de indicadores, assinale a alternativa correta.

- a) Na cadeia de valor, a eficiência relaciona insumos e produtos, a eficácia compara resultados e metas e a efetividade examina impactos.
- b) A cadeia de valor reúne produtos e resultados em uma mesma etapa, pois ambos representam a entrega imediata ao público.
- c) Os impactos correspondem aos recursos financeiros e humanos mobilizados, enquanto os insumos representam transformações sociais de longo prazo.
- d) Os indicadores de eficiência medem os impactos de longo prazo, enquanto os de efetividade relacionam os recursos aplicados aos produtos entregues.
- e) Os produtos situam-se antes dos insumos na cadeia de valor, uma vez que precedem a mobilização dos recursos.

48. A avaliação de programas e projetos pode ocorrer antes, durante ou após a implementação, com finalidades distintas. Avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

- I. A avaliação ex ante é realizada antes da implementação e subsidia a decisão de iniciar ou não o programa.

PORQUE

- II. A avaliação ex ante examina a viabilidade e o mérito da proposta, estimando custos, benefícios e resultados esperados antes da alocação dos recursos.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa correta.

- a) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não justifica a I.
- b) A asserção I é verdadeira, enquanto a asserção II é falsa.

- c) A asserção I é falsa, enquanto a asserção II é verdadeira.

- d) As asserções I e II são falsas e não mantêm relação justificadora.

- e) As asserções I e II são verdadeiras, e a II justifica a I.

49. A melhoria dos procedimentos administrativos e legislativos busca elevar a eficiência e a qualidade dos serviços por meio de iniciativas de racionalização. Considere as afirmativas a seguir.

- I. A simplificação administrativa reduz exigências, etapas e documentos desnecessários, diminuindo o custo e o tempo de tramitação dos processos.
- II. A desburocratização elimina formalidades e controles que não agregam valor, sem prejuízo dos controles essenciais à legalidade e à integridade.
- III. A padronização e o mapeamento de processos reduzem retrabalho e gargalos, tornando secundário o uso de indicadores para acompanhar os resultados.

Assinale a alternativa correta.

- a) Está correto o que se afirma em I.

- b) Está correto o que se afirma em I e II.

- c) Está correto o que se afirma em I e III.

- d) Está correto o que se afirma em III.

- e) Está correto o que se afirma em I, II e III.

50. Os sistemas de informações gerenciais e as ferramentas de business intelligence (BI) apoiam a alta gestão ao transformar dados em informações úteis à decisão, consolidadas em relatórios e painéis de indicadores (dashboards). Sobre esses recursos, marque a alternativa correta.

- a) Os relatórios gerenciais destinam-se ao registro contábil das despesas, não servindo de apoio à decisão da alta gestão.
- b) Os sistemas de informações gerenciais registram transações operacionais, enquanto o business intelligence se limita à consolidação periódica de relatórios padronizados.
- c) O business intelligence restringe-se ao armazenamento de dados brutos, sem produzir análises nem indicadores para a gestão.
- d) Sistemas gerenciais fornecem relatórios e indicadores, enquanto ferramentas de business intelligence analisam dados e os apresentam em painéis para apoiar decisões.
- e) As informações gerenciais são úteis ao nível operacional, sem relação com as decisões estratégicas e táticas da organização.

INFORMÁTICA APLICADA

Emannuelle Gouveia

51. Um analista utiliza uma planilha do Excel para consolidar dados mensais provenientes de diferentes arquivos. Para reduzir tarefas manuais de limpeza, transformação e combinação das informações antes das análises, qual recurso deve ser utilizado:

- a) Formatação condicional para destacar automaticamente valores fora de padrões definidos.
- b) Validação de dados para impedir a inserção de informações inválidas nas células.
- c) Tabela dinâmica para criar resumos interativos a partir dos dados já carregados.
- d) Função PROCV para localizar informações em tabelas de referência durante os cálculos.
- e) Power Query para importar, transformar e atualizar dados de diferentes fontes de forma automatizada.

52. Uma planilha de controle financeiro utiliza fórmulas complexas que dependem de células com erros ocasionais causados por dados incompletos. Para evitar que mensagens de erro sejam exibidas nos resultados e permitir um tratamento personalizado da situação, qual das funções abaixo deve ser utilizada:

- a) A função SOMASES, pois substitui automaticamente valores ausentes por resultados válidos.
- b) A função SEERRO, pois permite definir um retorno alternativo quando uma fórmula apresenta erro.
- c) O recurso Subtotal, pois corrige automaticamente referências inválidas em fórmulas.
- d) A função CONCAT, pois elimina inconsistências durante o cálculo de expressões.
- e) O preenchimento relâmpago, pois ajusta fórmulas com base nos padrões identificados na planilha.

53. Uma planilha de análise de vendas utiliza grandes volumes de registros e precisa identificar rapidamente tendências, agrupamentos e comparações entre períodos sem alterar a base original de dados. Nesse caso, o recurso mais adequado do Excel para realizar análises resumidas e interativas é:

- a) Tabela Dinâmica, pois permite agrupar, resumir e analisar dados de diferentes formas sem modificar a fonte original.
- b) Formatação de células, pois permite reorganizar automaticamente os registros conforme os critérios definidos.
- c) Função CONT.SE, pois cria relatórios interativos com múltiplas dimensões de análise.
- d) Filtro avançado, pois substitui totalmente os recursos de consolidação e análise dinâmica.
- e) Função PROCH, pois permite criar painéis de análise com atualização automática dos indicadores.

54. Uma equipe utiliza uma planilha do Excel com indicadores de desempenho e precisa destacar automaticamente valores que atendam a determinados critérios, como metas atingidas ou resultados abaixo do esperado, sem alterar os dados armazenados. O recurso mais adequado para essa finalidade é:

- a) Validação de dados, pois impede a entrada de valores que não estejam dentro dos critérios definidos.
- b) Proteção de planilha, pois permite bloquear células conforme regras de apresentação visual.
- c) Classificação personalizada, pois aplica cores automaticamente aos resultados analisados.
- d) Formatação condicional, pois permite aplicar estilos às células com base em regras ou condições estabelecidas.
- e) Gerenciador de Nomes, pois cria referências dinâmicas para controlar a aparência dos dados.

55. Um modelo de dados no Power BI contém informações de vendas, clientes e produtos relacionadas por diferentes tabelas. Durante a criação de relatórios, verificou-se a necessidade de melhorar o desempenho das consultas e facilitar a análise dos indicadores. Nesse caso, uma prática adequada é:

- a) Remover todos os relacionamentos entre tabelas para evitar cálculos durante a análise.
- b) Criar todas as medidas diretamente nas tabelas de origem sem utilizar o modelo de dados.
- c) Substituir todas as colunas numéricas por valores de texto para facilitar a visualização.
- d) Utilizar apenas gráficos simples, pois visuais complexos impedem a otimização do relatório.
- e) Criar medidas utilizando DAX e estruturar adequadamente o modelo de dados para otimizar os cálculos e análises.

56. Um relatório desenvolvido no Power BI apresenta informações consolidadas de vendas por região e período. Para permitir que os usuários analisem os valores de diferentes perspectivas sem criar novos relatórios, o recurso mais adequado é:

- a) Criar novas fontes de dados para cada filtro solicitado pelos usuários.
- b) Duplicar todas as páginas do relatório para cada possibilidade de análise.
- c) Utilizar segmentações de dados para permitir filtros interativos nos visuais do relatório.
- d) Exportar os dados para planilhas externas antes de cada análise.
- e) Remover os filtros do modelo para evitar alterações nos resultados apresentados.

57. Um painel de acompanhamento de indicadores apresenta informações de desempenho de uma organização em tempo real. Para facilitar a tomada de decisão, os gestores precisam visualizar rapidamente variações relevantes e identificar situações fora dos padrões esperados. Nesse caso, uma prática adequada na construção de dashboards é:

- a) Utilizar indicadores visuais e métricas relevantes, organizados de forma clara para destacar informações críticas.
- b) Inserir todos os dados disponíveis no painel, independentemente da necessidade dos usuários.
- c) Utilizar apenas tabelas extensas, pois apresentam maior quantidade de informações em uma única tela.
- d) Remover filtros e interações para garantir que todos os usuários visualizem exatamente os mesmos dados.
- e) Substituir indicadores calculados por textos explicativos para evitar interpretações equivocadas.

58. Um dashboard de acompanhamento de desempenho apresenta diversos indicadores de uma organização. Durante sua revisão, verificou-se que alguns gráficos dificultavam a interpretação das informações por excesso de elementos visuais. Para melhorar a efetividade do painel, uma prática recomendada é:

- a) Adicionar mais gráficos ao painel para apresentar todos os dados disponíveis.
- b) Utilizar cores diferentes em todos os elementos para destacar cada informação individualmente.
- c) Substituir indicadores numéricos por textos descritivos para reduzir a complexidade visual.
- d) Priorizar informações relevantes, utilizando elementos visuais adequados e evitando excesso de dados na apresentação.
- e) Remover filtros e interações para impedir alterações na visualização dos indicadores.

59. Uma organização utiliza uma solução de Business Intelligence para transformar dados operacionais em informações utilizadas no acompanhamento de resultados. Para que os gestores obtenham análises mais eficientes, é necessário considerar que:

- a) O BI integra dados, aplica processos de análise e apresenta informações estruturadas para apoiar a tomada de decisão.
- b) O BI substitui totalmente os sistemas transacionais, pois todos os registros devem ser armazenados diretamente na ferramenta analítica.
- c) O BI tem como principal finalidade eliminar a necessidade de modelos de dados, pois realiza análises independentemente da estrutura das informações.
- d) O BI deve ser utilizado apenas para geração de relatórios estáticos, sem recursos de exploração ou comparação de indicadores.
- e) O BI impede análises históricas, pois trabalha exclusivamente com dados coletados em tempo real.

60. Uma organização pretende implantar uma solução de Business Intelligence para analisar informações de vendas armazenadas em diferentes sistemas corporativos. Para garantir análises consistentes, uma etapa importante é:

- a) Eliminar todos os dados históricos, mantendo apenas os registros mais recentes para processamento.
- b) Integrar, tratar e organizar os dados antes da disponibilização dos indicadores e relatórios analíticos.
- c) Substituir todos os sistemas operacionais existentes por uma única ferramenta de BI.
- d) Impedir qualquer transformação nos dados, pois o BI deve utilizar somente informações originais.
- e) Armazenar os dados exclusivamente em planilhas para facilitar a consulta pelos usuários.

**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E
ORÇAMENTÁRIA (AFO)***Luciana Marinho*

Acerca do assunto PPA, LDO e LOA, julgue os itens que se seguem.

61. A Constituição Federal de 1988 estruturou o planejamento e o orçamento público mediante instrumentos distintos, mas integrados. A respeito dessa integração, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Plano Plurianual representa o planejamento governamental de médio prazo.
- II. A Lei de Diretrizes Orçamentárias seleciona, para cada exercício, metas e prioridades extraídas do planejamento plurianual e orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual.
- III. A Lei Orçamentária Anual operacionaliza, por meio da previsão de receitas e da fixação de despesas, as ações governamentais a serem executadas no exercício financeiro.
- IV. A vigência, a elaboração e a aprovação do PPA, da LDO e da LOA devem coincidir para assegurar a compatibilidade entre esses instrumentos.

Está correto o que se afirma em

- a) I e II, apenas.
- b) I, II e III, apenas.
- c) I, III e IV, apenas.
- d) II e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

62. A Constituição Federal estabelece que o Plano Plurianual deve contemplar as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como aquelas relativas aos programas de duração continuada.

Considerando esse comando constitucional, assinale a afirmativa correta.

- a) O PPA detalha, para cada exercício financeiro, todas as dotações orçamentárias constantes da LOA.
- b) O PPA constitui instrumento voltado exclusivamente ao planejamento de investimentos públicos.
- c) O PPA estabelece diretrizes, objetivos e metas para despesas de capital e programas de duração

continuada, servindo como referência para os demais instrumentos de planejamento.

- d) O PPA somente poderá conter programas cuja execução ocorra dentro de um único exercício financeiro.
- e) O PPA substitui a necessidade de edição anual da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

63. Durante a tramitação do projeto da Lei Orçamentária Anual da União, foi inserido dispositivo autorizando a criação de um programa permanente de incentivo à inovação tecnológica, estabelecendo critérios para concessão de benefícios às empresas participantes e disciplinando a estrutura administrativa responsável por sua execução. Além disso, o projeto continha autorização para abertura de créditos suplementares até determinado limite e autorização para contratação de operações de crédito.

À luz do princípio da exclusividade orçamentária previsto na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) Todo o conteúdo do projeto é compatível com a Constituição, pois a LOA pode disciplinar qualquer matéria relacionada à execução da despesa pública.
- b) A autorização para abertura de créditos suplementares constitui matéria estranha à Lei Orçamentária Anual e somente poderia ser disciplinada por lei específica.
- c) A criação do programa permanente viola o princípio da exclusividade, enquanto as autorizações para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito constituem exceções expressamente admitidas pela Constituição Federal.
- d) A autorização para contratação de operações de crédito viola o princípio da exclusividade, sendo admitida apenas a autorização para abertura de créditos suplementares.
- e) O princípio da exclusividade impede qualquer autorização legislativa que não trate diretamente da fixação da despesa ou da previsão da receita, sem admitir exceções.

64. Determinada sociedade de economia mista possui a seguinte composição acionária:

União: 52% do capital votante.

Estado-membro: 18% do capital votante.

Investidores privados: 30% do capital votante.

Outra empresa pública federal depende integralmente de recursos do Tesouro Nacional para custeio de suas atividades operacionais.

Ao elaborar a Lei Orçamentária Anual da União, o órgão central de orçamento deverá considerar que

a) ambas as entidades integrarão exclusivamente o orçamento fiscal, em razão da participação majoritária da União.

b) apenas a empresa pública dependente integrará o orçamento de investimento, por receber recursos do Tesouro Nacional.

c) a sociedade de economia mista integrará o orçamento de investimento, em razão do controle acionário exercido pela União, enquanto a empresa pública dependente integrará o orçamento fiscal, conforme o regime constitucional aplicável às entidades dependentes.

d) ambas integrarão simultaneamente o orçamento fiscal e o orçamento de investimento.

e) nenhuma delas integrará a Lei Orçamentária Anual, por possuírem personalidade jurídica de direito privado.

65. Durante a discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias, determinado parlamentar propôs dispositivo estabelecendo prioridade absoluta para investimentos em infraestrutura logística. Simultaneamente, apresentou emenda à Lei Orçamentária Anual destinando recursos significativos para programa diverso, sem qualquer relação com as prioridades estabelecidas na LDO.

À luz da Constituição Federal, essa situação evidencia que

a) as prioridades fixadas pela LDO possuem natureza meramente política, sem qualquer repercussão sobre a LOA.

b) a compatibilidade entre a LOA e a LDO constitui requisito inerente ao sistema constitucional de planejamento e orçamento.

c) somente o PPA condiciona o conteúdo da Lei Orçamentária Anual.

d) a LOA prevalece sobre a LDO por possuir vigência imediata.

e) a definição de prioridades constitui competência exclusiva da Lei Orçamentária Anual.

66. O Poder Executivo encaminhou projeto de lei instituindo novo Plano Plurianual. Durante sua tramitação, surgiu proposta para inclusão de programa cuja execução dependeria integralmente da atuação coordenada entre União, Estados e Municípios.

Sob a ótica constitucional,

a) programas dessa natureza não podem integrar o PPA federal.

b) o PPA restringe-se às ações executadas diretamente pelos órgãos da Administração Direta.

c) nada impede que o PPA contemple programas cuja execução dependa de cooperação federativa, desde que observadas as competências constitucionais dos entes envolvidos.

d) somente programas financiados exclusivamente por recursos da União podem integrar o Plano Plurianual.

e) programas interfederativos somente podem ser disciplinados na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

67. No terceiro ano de vigência do Plano Plurianual, determinado programa de expansão da infraestrutura logística deixou de constar entre as prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício seguinte. Apesar disso, permanecia regularmente previsto no PPA, não havia sido revogado por lei e existia dotação específica na proposta da Lei Orçamentária Anual para continuidade de suas ações.

À luz da sistemática constitucional de planejamento e orçamento, assinale a afirmativa correta.

- a) A ausência do programa entre as prioridades da LDO implica sua exclusão automática do Plano Plurianual, tornando vedada qualquer execução orçamentária.
- b) Como o programa permaneceu previsto no PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias não poderia deixar de classificá-lo como prioridade.
- c) A não inclusão do programa entre as prioridades da LDO não acarreta sua exclusão do PPA, embora possa influenciar o grau de prioridade conferido à sua execução no respectivo exercício orçamentário.
- d) A Lei Orçamentária Anual poderá executar livremente qualquer programa constante do PPA, independentemente da compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- e) A exclusão do programa da relação de prioridades da LDO torna obrigatória a abertura de crédito especial para sua continuidade.

68. Durante a execução orçamentária, verificou-se que determinada prioridade constante da Lei de Diretrizes Orçamentárias deixou de apresentar interesse público em razão de profundas alterações no cenário econômico nacional.

Nessa hipótese,

- a) a Administração deverá executar obrigatoriamente a programação, independentemente das novas circunstâncias.
- b) somente será possível cancelar a programação mediante decreto legislativo.

c) será obrigatória a abertura de crédito extraordinário.

d) a prioridade automaticamente deixará de integrar a LDO.

e) a alteração do planejamento poderá ocorrer pelos instrumentos legalmente previstos, observando-se o devido processo legislativo e as normas orçamentárias aplicáveis.

69. Considere as seguintes medidas adotadas durante a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias de determinado ente federativo:

- I. Definição das metas e prioridades da Administração Pública para o exercício seguinte.
- II. Estabelecimento de critérios para limitação de empenho em caso de frustração de receitas.
- III. Disposição sobre alterações na legislação tributária.
- IV. Fixação dos valores das dotações orçamentárias destinadas a cada órgão da Administração Pública.
- V. Definição da política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

À luz da Constituição Federal e das atribuições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, assinale a alternativa correta.

- a) Apenas as medidas I, II e III são compatíveis com a LDO.
- b) Apenas as medidas I, III e IV são compatíveis com a LDO.
- c) Apenas as medidas I, II, III e V são compatíveis com a LDO, cabendo à Lei Orçamentária Anual a fixação das dotações destinadas aos órgãos públicos.
- d) Apenas as medidas II, IV e V são compatíveis com a LDO.
- e) Todas as medidas são compatíveis com a LDO.

70. Durante um seminário sobre planejamento governamental, foram apresentadas as seguintes afirmações acerca dos instrumentos orçamentários previstos na Constituição Federal:

- I. O Plano Plurianual estabelece a orientação estratégica de médio prazo da atuação governamental.
- II. A Lei de Diretrizes Orçamentárias seleciona as metas e prioridades para cada exercício e orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual.
- III. A Lei Orçamentária Anual materializa financeiramente as políticas públicas planejadas, observando as diretrizes estabelecidas nos instrumentos anteriores.
- IV. A inexistência de compatibilidade entre esses instrumentos compromete a coerência do sistema constitucional de planejamento e orçamento.

Considerando a lógica constitucional que rege o planejamento governamental, assinale a alternativa correta.

- a) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
 - b) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
 - c) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
 - d) Todas as afirmativas estão corretas.
 - e) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
-

Questão Discursiva 1

Texto Motivador

O Planejamento Estratégico Situacional (PES), desenvolvido pelo economista Carlos Matus, surgiu como um contraponto ao planejamento tradicional. Enquanto o modelo tradicional separa a fase de concepção da execução, o PES compreende que o planejamento e a ação devem caminhar de forma concomitante. Na esfera pública, o governante lida com uma realidade dinâmica e complexa, na qual a rigidez dos métodos de planejamento clássicos frequentemente resulta em ineficácia frente a contextos mutáveis.

Comando da Questão

Considerando que o Planejamento Estratégico Situacional adota a perspectiva de cenários dinâmicos e interações de múltiplos atores, redija um texto dissertativo inédito sobre o tema, atendendo, necessariamente, aos seguintes tópicos:

1. Apresente as diferenças básicas entre o Planejamento Tradicional e o Planejamento Estratégico Situacional (PES), com foco na relação entre planejamento e execução.
2. Explique os componentes do "Triângulo de Governo" de Carlos Matus e como eles interferem na viabilidade do projeto político.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

Questão Discursiva 2

Texto Motivador

O processo de planejamento e orçamento no setor público brasileiro passou por profundas transformações estruturais com a promulgação da Constituição Federal de 1988. A inserção de múltiplos instrumentos integrados visa a garantir que as metas de médio prazo reflitam-se na execução financeira de curto prazo. Contudo, a coordenação temporal desses instrumentos e a compatibilidade entre as fases do ciclo orçamentário impõem desafios técnicos significativos à administração pública, exigindo dinâmica e flexibilidade constantes na atuação dos gestores estatais.

Comando da Questão

Considerando o ciclo de planejamento e a consolidação do orçamento público na ordem constitucional vigente, redija um texto dissertativo sobre o tema, abordando, obrigatoriamente, os seguintes tópicos:

1. Apresente as diferenças entre o ciclo orçamentário tradicional e o ciclo orçamentário ampliado elaborado pela doutrina, com a indicação do número de fases de cada modelo.
2. Explique a dinâmica temporal do processo orçamentário que possibilita a coexistência de duas leis de diretrizes orçamentárias (LDO) vigentes simultaneamente em um mesmo ano.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
